

Metodologias de promoção da informação e participação pública no âmbito da implementação da Agenda 21 Local de S. João da Madeira

Santos, Pedro¹; Almeida, Conceição²; Pinto, Marta³; Quental, Nuno⁴; Silva, Margarida⁵.

Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia - Universidade Católica Portuguesa

R. Dr. António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto; Tel./fax: 225580048.

Sumário: A Agenda 21 Local consiste num processo de desenvolvimento participativo, através do qual se procura o consenso entre as autoridades locais e os diversos parceiros da sociedade civil com o objectivo de preparar e implementar um Plano de Acção dirigido aos problemas e às prioridades locais no qual se integrem a protecção do ambiente, a prosperidade económica e a equidade social da comunidade. Dadas as suas características, cada cidadão pode participar na definição do futuro do seu concelho, contribuindo também para a democratização da democracia. Na presente comunicação descreve-se o trabalho desenvolvido na Agenda 21 Local de S. João da Madeira e reflecte-se sobre as principais barreiras existentes ao desenvolvimento deste tipo de estratégias para a sustentabilidade, bem como as principais virtualidades das parcerias e metodologias de promoção da informação e de envolvimento da população associadas. Apresentam-se exemplos concretos de meios de comunicação que foram utilizados e os resultados da consulta realizada à população com o objectivo de se identificarem os problemas prioritários do concelho.

Palavras chave: Agenda 21 Local; desenvolvimento sustentável; participação pública; fórum participativo.

“O desenvolvimento sustentável é aquele que oferece serviços ambientais, sociais e económicos aos residentes de uma comunidade sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, urbanos e sociais, dos quais dependem”

ICLEI, Conselho Internacional para as Iniciativas Locais, 1994

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável tem sido alvo de um interesse e discussão crescente na última década, em particular desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 e que ficou conhecida como a Cimeira da Terra. Este encontro, que contou com a presença de quase duas centenas de países, representou uma inflexão importante no discurso político mundial pois se estabeleceu definitivamente que o desenvolvimento socioeconómico não é antagónico nem deve ser dissociado da protecção do ambiente. Antes disso, em 1987 fora apresentada uma das definições mais utilizadas do conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório “O Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (presidida pela norueguesa Gro Brundtland) e que o define como “o desenvolvimento que responde às necessidades presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras responderem às suas necessidades”.

Trata-se sem dúvida de um conceito apelativo e ambicioso mas que não pode deixar de levantar dúvidas na passagem à prática devido à diversidade de esferas envolvidas para além da mera protecção do ambiente. O desenvolvimento sustentável pressupõe assim a procura de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar riqueza e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo (incluindo o combate às desigualdades sociais e à pobreza) sem comprometer a qualidade do ambiente e sem provocar o esgotamento dos recursos naturais, de forma a assegurar que as gerações futuras tenham um ambiente pelo menos tão bom quanto o usufruído actualmente.

A “Agenda 21”, um dos documentos mais importantes aprovado na Cimeira da Terra, dedica um capítulo à “Agenda 21 Local” no qual se reconhece que, sendo as autoridades locais o nível de governação mais próximo do cidadão, estas têm de assumir um papel vital na criação das condições para formar e mobilizar os cidadãos, para o desenvolvimento sustentável no terreno. A Agenda 21 Local (A21L) consiste então num processo participativo através do qual se procura o consenso entre as autoridades locais e os diversos parceiros da sociedade civil com o objectivo de preparar e implementar um Plano de Acção de longo prazo dirigido aos problemas e prioridades locais, no qual se integram as preocupações de protecção ambiental, de prosperidade

¹ Engenheiro do Ambiente – Ramo Ambiente pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; pedrofs@esb.ucp.pt

² Engenheira do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa; cmalmeida@esb.ucp.pt

³ Mestre em Ciências do Mar – Recursos Marinhos – pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto; mapinto@esb.ucp.pt

⁴ Engenheiro do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa; cool@mail.esb.ucp.pt

⁵ Professora Auxiliar na Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa; msilva@esb.ucp.pt

económica e de equidade social da comunidade. Devido ao carácter fortemente participativo deste processo, cada cidadão tem assim a responsabilidade de participar na definição do futuro do seu concelho, contribuindo também para uma democracia mais participativa.

Em 1994 foi lançada pelo Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) a Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CECVS) através da realização de uma primeira conferência na qual foi aprovada a “Carta de Aalborg”, que integra um conjunto de princípios de sustentabilidade entre os quais se destaca o papel dado à participação da comunidade local e à obtenção de consensos, a par de preocupações como o correcto ordenamento do território e mobilidade urbana. Estes princípios foram já subscritos por centenas de comunidades europeias, que dessa forma se comprometem a dar início ao processo da Agenda 21 Local. Em Outubro de 1996 teve lugar um segundo encontro, em Lisboa, onde foram lançadas as bases para operacionalizar a CECVS através da aprovação do documento “Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção”. Esta importante campanha tem incentivado a reflexão sobre a sustentabilidade do ambiente urbano, o intercâmbio de experiências, a difusão das melhores práticas ao nível local e o desenvolvimento de recomendações que visam influenciar as políticas ao nível da União Europeia e ao nível local.

Nos últimos anos, tem-se assistido ainda à preocupação por parte de um número crescente de países em definir estratégias nacionais que visem promover o desenvolvimento sustentável à escala nacional. Também Portugal apresentou já em Junho de 2002 uma Estratégia Nacional neste domínio, que actualmente se encontra em discussão pública visando o seu muito necessário aperfeiçoamento. Esta Estratégia assenta em quatro grandes áreas, que representam o seu carácter multi-sectorial: garantir o desenvolvimento equilibrado do território; melhorar a qualidade do ambiente; promover a produção e consumo sustentáveis; e evoluir para uma sociedade solidária e do conhecimento.

O grande desafio que o desenvolvimento sustentável coloca actualmente deve-se não somente à exigência de repensar a tecnologia mas também de reflectir sobre os reais objectivos sociais, económicos e ambientais da sociedade no novo século, assim como formas criativas de os atingir. A sua concretização representa um desafio que extravasa a competência de responsáveis políticos para implicar todos os sectores sociais, exigindo o conciliar de interesses diversos através da obtenção de consensos e da formação de parcerias, nem sempre fáceis de obter.

Na presente comunicação descreve-se o trabalho desenvolvido no âmbito da A21L de S. João da Madeira e tecem-se algumas reflexões sobre as principais barreiras existentes ao desenvolvimento deste tipo de estratégias de sustentabilidade, bem como as principais virtualidades das parcerias e metodologias de promoção da informação e de envolvimento da população associadas. Apresentam-se exemplos concretos de meios de comunicação que foram utilizados e os resultados da consulta realizada à população com o objectivo de se identificarem os problemas prioritários do concelho.

BREVE APRESENTAÇÃO DE S. JOÃO DA MADEIRA

São João da Madeira é um concelho da Beira Litoral, do distrito de Aveiro, com uma área de 8,1 km², contém apenas uma freguesia com o mesmo nome, e é considerado o concelho mais pequeno do país e dos mais pequenos da Europa. Em São João da Madeira residem, segundo os dados dos Censos 2001, cerca de 21.000 pessoas, com uma densidade populacional de 2647 habitantes/km², valor superior à média das cidades portuguesas (2229 habitantes/km²). O crescimento populacional no concelho entre 1991 e 2001 foi de 14,4%, valor esse 3,7 vezes superior ao ocorrido na cidade portuguesa média. A população residente no concelho tem, segundo as estatísticas, um bom nível de vida, com um poder de compra acima da média nacional e acesso generalizado a infraestruturas básicas (electricidade, água e saneamento).

São João da Madeira (SJM) é um concelho dinâmico do ponto de vista da economia convencional. O sector industrial é predominante, apresentando uma grande diversidade de unidades - em 1999, existiam 340 indústrias distribuídas por 22 áreas de actividade. Esta diversidade tem permitido a SJM evitar o pior das crises e continuar a apresentar um dos maiores rendimentos per capita. Em complemento ao sector industrial este concelho, onde a agricultura é praticamente inexistente, tem apostado na expansão e revitalização da rede comercial.

Do ponto de vista ambiental São João da Madeira apresenta indicadores que não são dos mais preocupantes, existindo alguns meios de prevenção e tratamento de fontes poluidoras. Alguns problemas mais visíveis incluem o intenso tráfego rodoviário e a poluição do rio Antuã.

AGENDA 21 LOCAL DE S. JOÃO DA MADEIRA

Consciente de que São João da Madeira, apesar da sua pequena dimensão, pode assumir um papel importante na promoção nacional e regional do desenvolvimento sustentável, a autarquia encetou conjuntamente com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, um processo de implementação da

Agenda 21 Local. Com este processo pretende-se definir e implementar progressivamente um plano de acção visando o desenvolvimento local mais sustentável e fomentando o desenvolvimento pelos sanjoanenses de um sentimento de pertença, responsabilidade individual e espírito comunitário. Neste contexto foi definido um conjunto de instrumentos de informação e envolvimento da população e acordado o faseamento geral do trabalho (figura 1).

PRIMEIRA FASE: SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE E CRIAÇÃO DO FÓRUM PARTICIPATIVO

A primeira fase da A21L iniciou-se com a constituição do Grupo Coordenador da A21L (ver abaixo), pela subscrição da Carta de Aalborg pelo executivo camarário e pela Assembleia Municipal - o que constituiu um importante compromisso político - e com a criação de um logotipo que permitisse uma fácil identificação da iniciativa (figura 2). Uma das mais importantes acções desta fase foi a criação do Fórum, na medida em que esta estrutura constitui o espaço privilegiado de debate e reflexão de todas as temáticas em análise. Igualmente fundamental foi todo o trabalho de sensibilização e de envolvimento da comunidade local, tendo para tal sido utilizados um conjunto alargado de meios de comunicação. Nesta fase, as diversas metodologias de promoção da informação e da participação pública assumem um papel decisivo na medida em que podem ser a o factor-chave para um maior envolvimento da comunidade local e para a sua participação activa em todo o processo de A21L.

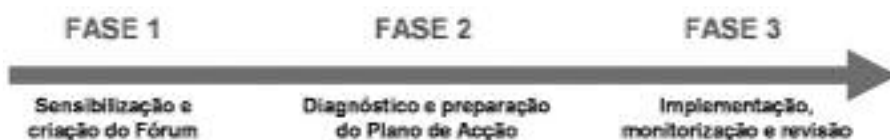


Figura 1 – Faseamento



Figura 2 – Logotipo

GRUPO COORDENADOR

O **Grupo Coordenador** (GC) é uma equipa com poderes executivos sobre o desenrolar do processo que suporta e assegura o acompanhamento da sua implementação e que reúne desde Março de 2003 com uma periodicidade quinzenal, num total de 16 reuniões já efectuadas até ao momento (figura 3). O GC é constituído por representantes de alto nível da Câmara Municipal (Vereador do Ambiente, Director do Departamento de Ambiente e Planeamento e um terceiro elemento nomeado pela autarquia - neste caso uma ex-vereadora), das instituições de ensino (professora do Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância), do meio empresarial (Director do Centro Tecnológico do Calçado), da protecção civil municipal (Sub-Comissário da PSP e Comandante dos Bombeiros Voluntários), da Rede Social (socióloga da equipa executiva) e da Escola Superior de Biotecnologia. Uma das primeiras tarefas do GC foi a de assegurar que o Executivo e a Assembleia Municipal de S. João da Madeira subscrevessem a Carta de Aalborg, uma outra foi a operacionalização das reuniões do Fórum.

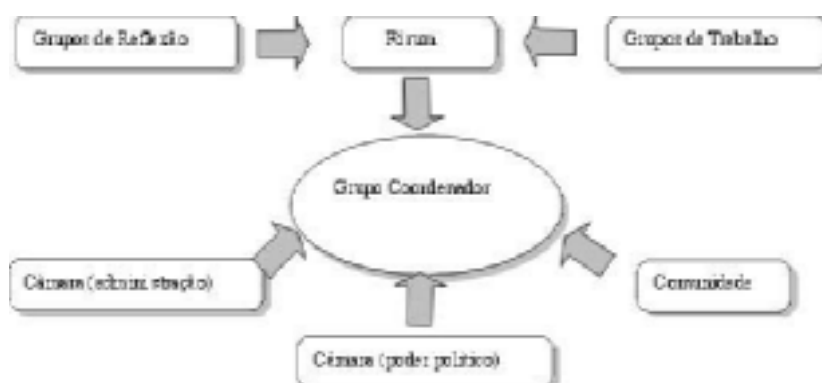


Figura 3 – Papel do Grupo Coordenador

LANÇAMENTO OFICIAL DO PROCESSO

O **lançamento oficial do processo da Agenda 21 Local** foi efectuado no evento “A Cidade no Jardim”, uma iniciativa camarária anual onde as entidades e colectividades de S. João da Madeira se apresentam ao público. Este evento foi visitado massivamente pelos sanjoanenses, o que permitiu o contacto inicial com o projecto de um número bastante alargado de cidadãos.

No âmbito desta participação disponibilizaram-se no stand da A21L vários materiais informativos e de sensibilização (figura 4). No espaço designado como ‘Parede dos desejos’ os visitantes deixaram a sua visão sobre o futuro do concelho (figura 5). Promoveu-se também um ciclo de debates sobre temáticas ambientais variadas, desde a gestão de resíduos aos alimentos transgénicos, e organizou-se uma feira de produtos biológicos com nove expositores. Ainda no âmbito desta iniciativa a equipa técnica da A21L apoiou a Câmara Municipal na promoção de um compostor comunitário e de um conjunto de ecopontos colocados no jardim onde o evento decorreu. Ambos os equipamentos continuaram disponíveis para além do evento.



Figura 4 – Capa de folhetos produzidos pela A21L

Figura 5 – Aspecto geral da banca da A21L na ‘Cidade no Jardim’

FÓRUM PARTICIPATIVO

Por definição o **Fórum Participativo** representa a estrutura por excelência da discussão e participação cívica visto estarem lá representados os vários sectores da sociedade sanjoanense: associações, escolas, autarquia, empresas e outras instituições públicas e privadas. A preparação do Fórum passou por reuniões sectoriais onde foi possível dar a conhecer a iniciativa em pormenor.

No passado mês de Setembro teve lugar a primeira reunião oficial do Fórum (figura 6), a qual foi presidida pelo Secretário de Estado do Ambiente, tendo contado ainda com a presença do Presidente da Câmara Municipal e de representantes de mais de 50 entidades dos mais variados sectores do concelho. No decorrer dessa reunião foi entregue a todos os participantes uma Carta de Princípios e Objectivos do Fórum Participativo, com um breve regulamento para o funcionamento desta estrutura.



Figura 6 – Imagens da primeira reunião do Fórum da A21L

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Três jornais locais disponibilizaram-se para o **estabelecimento de parcerias** que incluem a disponibilização quinzenal de uma página para o tratamento de temas relevantes, opiniões, actividades e notícias da Agenda 21 Local. Esta ligação revelou-se já um importante meio de informação junto da comunidade local, dados os elevados índices de leitura atingidos. As páginas quinzenais estão abertas a participações de e para os sanjoanenses, com destaque para a adopção de práticas sustentáveis no dia-a-dia.

Foram ainda promovidas parcerias a outros níveis, nomeadamente com as associações locais e com as escolas. No ano 2003/2004 está a decorrer um programa dirigido a toda a comunidade escolar (figura 7) que inclui um leque de actividades apelativas. Para a preparação desse programa realizaram-se reuniões com todas as escolas do concelho (Jardins de Infância, EB1, EB23 e Secundárias) onde se recolheram contributos e afinaram opções.

O programa escolar da A21L está organizado em torno de oito temas (figura 8), que correspondem a outros tantos cadernos pedagógicos: resíduos, compostagem doméstica e hortas pedagógicas, consumo sustentável, ecodesign, agenda 21 escolar, três gerações - três visões, água e ecossistemas ribeirinhos, e energia e transportes.



Figura 7 – Programa escolar da A21L



Figura 8 – Temas propostos às escolas

A ligação a uma associação local permitiu a organização conjunta de um concurso de fotografia (figura 9), que teve S. João da Madeira como tema central e no qual os concorrentes puderam apresentar trabalhos relacionados com a temática ambiental, social ou económica. Este concurso, ao qual concorreram 63 fotografias em duas categorias (figura 10) teve uma vertente participativa inovadora na medida em que os sanjoanenses puderam votar nas suas fotografias preferidas e assim pesar em cerca de 20% na decisão final do júri.



Figura 9 – Cartaz do concurso



Figura 10 – Exemplos de fotografias entregues a concurso

Estão ainda em fase de preparação as parcerias para o desenvolvimento de um **programa de voluntariado**, a decorrer até ao Verão de 2004, no qual os participantes, jovens e séniores, irão constituir uma importante base de apoio às iniciativas promovidas pela Agenda 21 Local - em particular no caso das actividades a realizar pelas escolas do concelho. Os voluntários receberão formação especializada no arranque do programa e apoio permanente ao longo do seu trabalho.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Para além da cobertura jornalística já referida, as opções comunicacionais incluem uma página na internet em www.agenda21sjm.org (figura 11), onde toda a informação relevante sobre a A21L está disponível para um público alargado. A página foi disponibilizada na internet no dia 5 de Junho, em data coincidente com o Dia Mundial do Ambiente e o lançamento oficial de todo o processo. Pretende-se com ela divulgar as múltiplas vertentes e actividades da Agenda 21 Local, disponibilizar relatórios das reuniões do Grupo Coordenador e do Fórum e todos os documentos alvo de discussão pública, entre muitos outros. Pretende-se ainda divulgar trabalhos realizados pelas escolas do concelho e incluir uma agenda das iniciativas a promover. Detalhes como os cadernos pedagógicos do programa escolar, ou os trabalhos apresentadas no concurso de fotografia, são permanentemente actualizados. Não é novidade que, como meio de comunicação, a Internet constitui um veículo poderoso e extremamente eficaz, fundamental para as ambições do processo.

Em termos de funcionalidades, essa página está estruturada da seguinte forma:

- **Agenda 21:** em que são disponibilizadas informações sobre o que é a A21L e o desenvolvimento sustentável, qual o papel e a constituição do grupo coordenador e do fórum participativo, e um conjunto de ligações úteis;

- **S. João da Madeira:** nesta área divulgam-se múltiplos documentos, assim como respectivas sugestões e críticas, por forma a manter um espaço de debate amplo e transparente;
- **Participe:** este é um espaço criado para facilitar a participação, onde se divulgam actividades e campanhas, se disponibilizam formulários para os visitantes da página enviarem o seu contributo à equipa técnica e, futuramente, os trabalhos realizados;
- **Jornal em linha:** onde é disponibilizado o boletim informativo;
- **Destaques e notícias:** onde são realçadas as próximas iniciativas bem como as mais recentes;
- **Saiba mais:** onde o público se inscreve para receber via e-mail as informações e boletins à medida que estes forem acrescentados à página.

Em termos mais restritos a Internet tem igualmente servido para a comunicação entre os elementos do GC fora dos períodos de reunião formal através de uma lista electrónica específica.

Numa plataforma mais convencional foram também elaborados dois painéis de exposição (figura 12) que circulam pelos pontos de grande afluência do concelho, um cartaz de divulgação do processo da A21L (figura 13), e ainda um boletim informativo que será objecto de várias edições (figura 14). Este último teve o seu primeiro número lançado por ocasião da primeira reunião do Fórum, e pretende divulgar em papel as informações sobre a Agenda 21 Local de S. João da Madeira a todos os interessados e intervenientes que sintam menos vocação para as novas tecnologias. Espera-se igualmente a participação dos sanjoanenses no sentido de enriquecer o boletim.

A comunicação com o público é finalmente complementada por uma linha telefónica de apoio e atendimento via fax e correio electrónico (contacto@agenda21sjm.org).



Figura 11 – Página na internet www.agenda21sjm.org



Figura 12 – Painel



Figura 13 – Cartaz de divulgação



Figura 14 – Boletim informativo

AUSCULTAÇÃO À POPULAÇÃO

Os sanjoanenses foram inquiridos acerca dos problemas e potencialidades que consideram prioritários em S. João da Madeira, e sobre a visão de futuro que ambicionam para 2010. Para esta auscultação disponibilizaram-se

várias possibilidades: o questionário foi distribuído em todos os endereços postais, aplicado por entrevistadores em pontos chave da cidade e ainda disponibilizado na internet como formulário (figuras 15 e 16).



Figura 15 – Formulário enviado à população



Figura 16 – Formulário disponível na internet

A informação proveniente dos questionários recebidos por correio (num total de 148) foi processada e os resultados divulgados na primeira reunião do Fórum e depois disponibilizados na página da internet.

De entre os problemas identificados destacam-se os relacionados com o desenvolvimento social (39% das respostas), em que questões como as relacionadas com a cultura e lazer, situações de risco social ou educação e instrução surgem como as mais significativas (figuras 17 e 18).

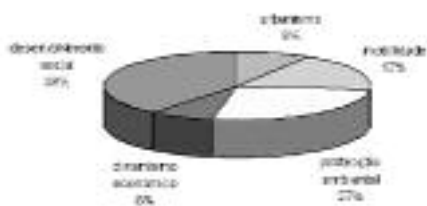


Figura 17 – Principais categorias de problemas

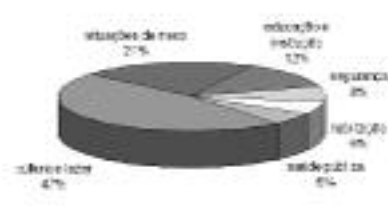


Figura 18 – Desenvolvimento social

A segunda mais importante categoria de problemas (27%) é a da protecção ambiental, com destaque para questões como a gestão de resíduos e limpeza urbana, a qualidade do ar e os espaços verdes (figura 19). A mobilidade foi a terceira temática mais votada (17%), em que a questão do estacionamento surge claramente como um dos principais problemas, seguido de questões de trânsito e do sistema de transportes públicos (figura 20).

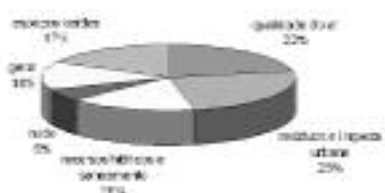


Figura 19 – Protecção ambiental

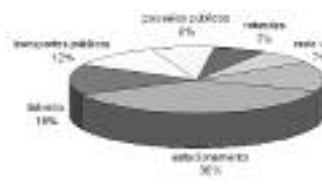


Figura 20 – Mobilidade

No que diz respeito às principais potencialidades identificadas pelos sanjoanenses destacam-se as relacionadas com as actividades económicas (indústria, comércio e serviços), seguidas da dimensão educação/escolas (figura 21). Há claras expectativas que estas áreas venham a ocupar um papel decisivo no futuro do concelho.

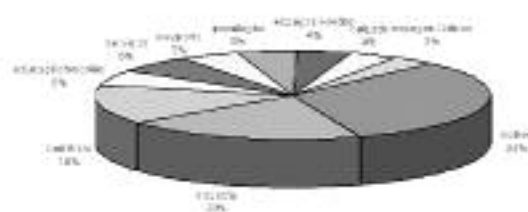


Figura 21 – Potencialidade de S. João da Madeira

SEGUNDA FASE: DIAGNÓSTICO SELECTIVO E PREPAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO

Na fase de **diagnóstico selectivo**, iniciada em Outubro de 2003, pretende-se sistematizar uma visão de futuro para o concelho e identificar/caracterizar os principais problemas recorrendo à participação activa dos membros do Fórum. Vai igualmente preparar-se o **plano de acção**, através de grupos de trabalho temáticos constituídos por equipas específicas da sociedade sanjoanense que, pelo seu interesse e actividade, possam dar um contributo importante na procura e implementação das melhores soluções para cada problema.

Esta fase teve o seu pontapé de saída com a realização de uma reunião de trabalho do Fórum Participativo onde, através de metodologias específicas de trabalho em grupo, se identificaram as características mais importantes do que deverá constituir a visão comum para o futuro de S. João da Madeira em 2010 e ainda os seis principais obstáculos à materialização dessa visão. Os sanjoanenses sem oportunidade para participar fisicamente no Fórum podem rentabilizar os formulários que, via Internet, lhes permitem dar o seu contributo pessoal.

Os seis problemas identificados estão agora a ser considerados pela equipa técnica da Escola Superior de Biotecnologia na elaboração do diagnóstico selectivo do concelho. Antes que o diagnóstico seja dado como concluído os membros do Fórum poderão dar um novo contributo e fazer comentários em relação às versões de trabalho que irão receber. A discussão e aprovação do documento final com o diagnóstico do concelho será feita numa nova reunião do Fórum.

CONCLUSÃO

Nos seis meses em que a A21L está no terreno foram consolidadas as bases necessárias ao cumprimento dos objectivos em vista. Como principais dificuldades sentidas até ao momento apontam-se o fraco envolvimento por parte das empresas do concelho, uma lacuna importante dada a sua grande representatividade no concelho, e a timidez na participação activa do público anónimo, o que deixa antever a necessidade de novas formas de abordagem e mobilização.

Como principais virtualidades associadas à A21L podem referir-se as seguintes:

- a existência de um Grupo Coordenador activo com representantes diversos permite que desde uma fase precoce se implementem acções de cariz transversal a toda a sociedade sanjoanense;
- a criação de parcerias possibilita a canalização do interesse e potencial da sociedade civil organizada e várias são as entidades que têm contactado o Grupo Coordenador no sentido de integrar as suas actividades com as da Agenda 21;
- a grande diversidade de meios de interacção entre a população e a equipa da Agenda 21 Local tem permitido uma captação alargada de participações.

Dentro de mais seis meses será possível fazer o primeiro balanço geral da primeira Agenda 21 Local em território português.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, I., 2001. Desenvolvimento sustentável e planeamento territorial. Novos desafios no envolvimento da sociedade civil. *Suplemento de Engenharia do Ambiente do Jornal Expresso de 3 de Novembro*.
- Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2003. *Rede Social: Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção 2003 (2º Semestre)*. Rede Social. 13pp.
- Conselho Local de Acção Social de S. João da Madeira, 2002. *Rede Social: Diagnóstico Social*. Rede Social. 179pp.

- Farinha, J. et al, 2002. *Participação pública no combate à desertificação*. Ed. Direcção Geral das Florestas & Universidade Nova de Lisboa. 34pp.
- Gonçalves, M. E.(ed.) et al. 2001. *O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*. Edições 70. 270pp.
- Hallo, R. E., 1997. *Public Access to Environmental Information. Experts Corner number 1997/1*. Ed. European Environment Agency. 41pp.
- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 2001. *Accelerating Local Sustainability – Evaluating European Local Agenda 21 Processes – Volume I*. ICLEI. 135pp.
- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 2001. *Accelerating Local Sustainability – Evaluating European Local Agenda 21 Processes – Volume II*. ICLEI. 124pp.
- ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives, 1999. *Módulos para Workshop: um suplemento do Guia de Planeamento da Agenda 21 Local*. ICLEI.
- Connor, D.,1997. *Constructive Citizen Participation: a resource book*. Development Press. 6th Edition
- Marques, 2001. Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências: a participação dos cidadãos no Concelho de Santa Comba Dão. www.ceg.ul.pt/invest/raul_marques_resumo_tese_1.htm. 8pp.
- Oliveira, R. & Baptista, I., sem data. *Guadiana Vivo: uma abordagem participada ao planeamento e gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana*. Ed. Associação de Defesa do Património de Mértola. 61pp.
- UNCHS & UNEP, 1999. *Establishing and Supporting a Working Group Process. Sustainable Cities Programme Source Book Series*. Volume 3. 123pp.
- UNDP, UNEP, WB, WRI, 2003. *World Resources 2002-2004: Decisions for the Earth: Balance, Voice and Power*. World Resources Institute, 315pp
- Hernández, F. H., 2002. *EntreTantos - Guia práctica para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad*. Ed. Gea. 137pp.
- Vasconcelos, L.T., Baptista, I., Henriques, T., 2002. *Sustainability at the local level - intellectual, social and political capital building*. Paper presented at the XV Conference: Planning and Regional Issues in the Border Regions. 18pp.
- Viana, C. I., 2002. *Caracterização do Concelho de S. João da Madeira*. Trabalho de Pós-Graduação em Gestão Ambiental. Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa. 78pp
- Weisbord, M & Janoff, S., 2000. *Future Search: an action guide to finding common ground in organizations and communities*. 2nd Edition. Berret-Koehler Publishers. 265pp.